

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS TRABALHADORES DO SETOR FORMAL EM TERESINA diante das determinações do processo de reestruturação produtiva capitalista

Por Fabiana Rodrigues de Almeida Castro*, Maria Fernanda Brito do Amaral** e Samuel Costa Filho***

Resumo: o artigo analisa a escolaridade dos trabalhadores do setor formal em Teresina, verificando se o processo de reestruturação produtiva alterou o mercado de trabalho da capital do Piauí devido às exigências dos empregadores para novo perfil dos trabalhadores. A análise compreende os anos de 1990, 2000 e 2010 e, para tanto, utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se que o setor formal em Teresina, que estava constituído principalmente por trabalhadores com ensino fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto nos anos de 1990 e 2000, modificou-se para trabalhadores com formação de médio completo e superior incompleto no ano de 2010, com a maior evolução ocorrendo no nível superior completo.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Capitalismo. Escolaridade. Setor formal.

Abstract: paper analyzes the education of workers in the formal sector in Teresina, checking if the restructuring process has changed the labor market of the capital of Piauí due to the demands of employers for new profile of workers, and, for that, we used bibliographical and documentary research. We conclude that the formal sector in Teresina, which was constituted mainly by workers with incomplete elementary school, complete primary and high school incomplete in 1990 and 2000 has changed for workers with completed high school and incomplete higher in 2010, with further evolution occurring at complete higher level.

Keywords: Productive restructuring. Capitalism. schooling. Formal sector.

1 Introdução

Ao longo das últimas décadas do século XX, a economia capitalista e o mundo do trabalho passaram por diversas transformações que determinaram novas configurações no mundo do trabalho e a necessidade de novos trabalhadores, que neste início do século XXI exigem competências e habilidades próprias, como as alegadas criatividade e proatividade da mão de obra, além de exigência de maiores conhecimentos relacionados à educação formal e à capacidade de

manuseio das novas tecnologias da informação. Esses aspectos convergiram para uma nova configuração do mercado de trabalho com a formatação de um novo perfil da classe trabalhadora que em nada se assemelha àquele do período marcado pelo binômio taylorismo/fordismo.

O conjunto das transformações ocasionadas também foi motivado pelas novidades tecnológicas que levaram ao aparecimento de uma nova concepção de qualificação que trouxe como

premissa o paradigma da automação flexível, que faz uma articulação mais próxima entre educação geral e qualificação profissional, unindo conhecimento técnico específico aos relacionados à ampliação de habilidades individuais e intelectuais mais extensas. A competência assumiu o lugar da qualificação, reunindo um conjunto de atributos humanos, psicológicos, comunicacionais, técnicos, intelectuais e emocionais. Outro aspecto relevante do perfil do trabalhador que despontou foi a questão da escolaridade, não somente pelo saber formal que produz, mas por tornar o indivíduo apto a desenvolver outros leques de competências e habilidades.

Verifica-se, assim, que as transformações no mundo do trabalho, seja no modo de produção, seja no perfil dos trabalhadores, relacionam-se com a introdução de elementos resultantes do progresso tecnológico, como automação, robótica e microeletrônica, que proporcionaram uma combinação entre os modelos fordista e taylorista com o de acumulação flexível japonesa, cujas técnicas produtivas aprimoradas passaram a ser adotadas, mescladas às primeiras, inicialmente, pelos países capitalistas centrais e depois pelos periféricos.

No Brasil, apesar de essas mudanças chegarem com certo atraso em relação aos países capitalistas centrais, produziram efeitos na economia e na classe trabalhadora, estimulando a demanda de um novo perfil dos trabalhadores. Sobre o domínio dos preceitos das políticas neoliberais, realizaram-se profundas reformas no Estado brasileiro via privatização de empresas públicas, abertura comercial e, no que diz respeito ao mercado de trabalho, este foi desregulamentado.

As consequências do processo de reestruturação produtiva no Brasil se assemelham às verificadas em outros países capitalistas desenvolvidos, com uma oferta cada vez menor de vagas no mercado de trabalho formal, caracterizadas sob uma nova forma de trabalho e de trabalhador e onde se verifica que cada vez mais homens e mulheres estão menos aptos para assumir os escassos postos de trabalho em função das exigências crescentes dos empregadores.

No Nordeste, principalmente no Piauí, constatou-se um crescimento do emprego formal a partir da década de 2000, que praticamente dobrou, mas que não foi suficiente para eliminar o desemprego em um dos estados mais pobres do País. O objetivo desse artigo é analisar as características do mercado de trabalho formal em Teresina (PI), procurando contextualizá-lo com a economia

piauiense, a fim de compreender a dimensão das transformações operadas pela exigência desse novo perfil de trabalhadores. Faz-se, pois, uma análise de algumas variáveis, como vínculo trabalhista, gênero, faixa etária e grau de instrução, detalhadas por setor de atividade, sem dizer das combinações entre os fatores de análise, nos anos de 1990, 2000 e 2010, para se compreender as mudanças operadas no perfil dos trabalhadores dos mercados estudados nas últimas três décadas.

A classificação dos setores econômicos utilizada neste artigo utiliza a empregada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em um total de nove, cuja análise feita remete às determinações do processo produtivo capitalista para a composição do perfil dos trabalhadores em relação à escolaridade. Para o desenvolvimento do estudo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, sendo esta última realizada através de consultas feitas ao banco de dados do portal do MTE, relativo aos anos de 1990, 2000 e 2010.

Além desta introdução, o trabalho apresenta-se dividido em três partes. Na seção 2, aborda-se a crise vivenciada nos modelos de produção capitalista taylorista/fordista e o surgimento do novo modelo baseado na acumulação flexível e os diferentes perfis exigidos dos trabalhadores em cada fase; na terceira seção, apresenta-se a evolução da escolaridade dos trabalhadores do setor formal em Teresina nos anos de 1990, 2000 e 2010, segundo as determinações do processo produtivo capitalista; e, na última, são apresentadas as conclusões do estudo.

2 A Crise Fordista e a Formação de um Novo Perfil de Trabalhador

O processo produtivo em âmbito mundial e, conseqüentemente, as relações de trabalho têm passado por transformações significativas ao longo do tempo, desencadeadas por diversos fatores, dentre eles, a expansão do comércio mundial, as grandes invenções e o avanço das comunicações e dos meios de transportes. Contudo, foi após a consolidação do modo de produção capitalista que as mudanças nas relações de produção e de trabalho ocorreram em ritmo mais intenso e com maior profundidade, sobretudo a partir do padrão de organização laboral e da produção inspirada nos princípios tayloristas/fordistas, que contribuíram para reafirmar o poder do capital sobre todo o processo de trabalho.

O taylorismo, sistema de gestão produtiva baseado na especialização do operário a partir da

fragmentação de tarefas, elevou a níveis impressionantes a produção industrial. Esse modelo tanto revolucionou o sistema fabril do começo do século XX como se tornou um dos sustentáculos do poderio econômico norte-americano (HELOANI, 2003). Os perfis diferenciados dos trabalhadores do período taylorista/fordista decorriam do fato de que o paradigma produtivo taylorista se baseava na produção em série e na máxima especialização do trabalhador, executor de tarefas simples e repetitivas, e o fordista, de características herdadas do antigo modelo que se somaram às novidades tecnológicas e às inovações de cunho econômico, representadas pelos altos salários que de certa forma lhes possibilitaram tornarem-se consumidores dos próprios produtos, ao tempo em que consolidaram o fordismo como o modelo mais utilizado no mundo. Essa estratégia utilizada pelas empresas adequou a produção à demanda do mercado, reduzindo custos e aumentando a produtividade e os lucros.

A consagração do taylorismo nos Estados Unidos e na Europa aconteceu na década de 1920, com o desenvolvimento da organização científica do trabalho, que consistia em um conjunto de normas e procedimentos de trabalho a serem executados pelos trabalhadores para que se alcançasse a máxima eficiência no setor produtivo. Aos poucos, o sistema foi sendo adotado por outros setores, como escritórios, vendas, finanças etc.

Nos Trinta Anos Gloriosos (1945-1975), o capitalismo apresentou um modelo econômico de produção em grande escala que utilizava a repetição e a fragmentação das tarefas para produzir para o consumo de massa, com o Estado intervindo na economia e no social para eliminar a insuficiência de demanda efetiva. Tal intervenção foi imprescindível para o bom funcionamento do sistema capitalista, pois possibilitou o aumento do poder de compra dos menos favorecidos e estimulou tanto o consumo como o investimento da economia através de política econômica keynesiana. Esse período de apogeu da assistência pública estatal inspirada na expressão inglesa *Welfare State* ficou conhecido por Estado do Bem-Estar.

No final dos anos 1960 e início dos 1970, esse modelo de produção começou a dar sinais de esgotamento. A economia capitalista entrou em crise e, diante da incapacidade do sistema produtivo de responder à crescente diminuição do consumo, a diminuição da taxa de lucro deu início ao processo de autonomia do capital financeiro, que passou a fornecer espaço para elevar o fluxo de capital

financeiro no mercado internacional, acirrando a concorrência intercapitalista. O grande aumento do salário real, principalmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, aliado à elevação do preço das matérias-primas básicas desencadeado por dois importantes choques do petróleo, em 1973 e 1979, que reforçaram a elevação dos custos unitários de produção, contribuiu para redução da taxa de lucro (LIMA, 2004).

A crise do modelo fordista-keynesiano atingiu todos os países capitalistas desenvolvidos e ocasionou perda de legitimidade por sua incapacidade de impedi-la. Em resposta à decadência do modelo de produção taylorista/fordista, verificou-se uma reorganização do capital e do seu sistema ideológico e político de dominação, cujos reflexos mais visíveis foram o surgimento do neoliberalismo, com o desmonte do setor produtivo estatal, a privatização do Estado e um processo intenso de reestruturação da produção e do trabalho (ANTUNES, 2009).

O caminho para a solução da crise de rentabilidade do capital direcionou o deslocamento de parcela significativa dos fundos monetários das esferas produtiva e comercial para a área financeira como estratégia de preservação do processo de valorização. Isso possibilitou a constituição e o desenvolvimento de um mercado de divisas preservadas e aplicadas em outros países e isentas do controle do sistema de bancos centrais que regulava a oferta mundial de dinheiro, acarretando a queda do regime de taxas de câmbio fixas, determinada no acordo de Bretton Woods.

A crise capitalista foi tão intensa que na década de 1980 atingiu países capitalistas desenvolvidos, como os Estados Unidos, após haver desestruturado grande parte do Terceiro Mundo e provocado a derrocada do socialismo nos países do Leste Europeu. Com o aprofundamento das mudanças no cenário econômico internacional, a produção padronizada em larga escala deixou de ser o principal requisito de competitividade e começou-se a apostar na capacidade de inovação e adaptação dos produtos e processos (LIMA, 2004).

Começou, então, a ser definido um novo cenário econômico para a década de 1990, a partir do desenvolvimento do processo de internacionalização do capital, que ficou conhecido como globalização da economia, no qual se observa uma ampla mudança da base tecnológica que alguns autores denominaram de Terceira Revolução Industrial, sem dizer que o mercado passou a ser reordenado, ficando a Ásia em posição privilegiada, e a circulação financeira intensificou-se,

principalmente na expansão da mobilidade e na intermediação do capital internacional, dentre outros aspectos.

O período que se seguiu foi marcado pela globalização, que transformou o mundo em uma grande **fábrica global** (IANNI, 2008). Vislumbrou-se, pois, o surgimento de uma ordem mundial na qual os fenômenos da globalização, do neoliberalismo e da reestruturação produtiva encontram-se fortemente relacionados, ocasionando mudanças nas relações entre capital e trabalho, cujos reflexos atingem uma vasta parcela da população. A revolução tecnológica, a automação, a dispersão geográfica para zonas de mão de obra barata e pouco sindicalizada, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado e medidas para acelerar o tempo de giro do capital foram estratégias de sobrevivência adotadas pelo modelo, intensificando o intercâmbio econômico, político, social e cultural entre as nações.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho foram atribuídas ao avanço tecnológico nos sistemas de produção, pela política de introdução da automação, da robótica e da microeletrônica. O fordismo/taylorismo passou a conviver com outro modelo de produção, o toyotismo, cujas técnicas de organização, baseadas no sistema de acumulação flexível, foram criadas pela empresa japonesa Toyota.

Esse novo modelo, conhecido como acumulação flexível, utilizou-se da tecnologia de base microeletrônica nos sistemas de produção, aproveitando algumas das ideias do taylorismo e do fordismo, como a racionalização do trabalho, mescladas a técnicas produtivas japonesas, como *kanban*, *5S*, *kaizen* e outras. Nesse modelo, o perfil mais elaborado passou a ser exigido do trabalhador, que deveria ser dotado de habilidades mentais, qualificado, multifuncional e participativo, devendo, ao contrário do trabalhador nos modelos taylorismo e fordismo, pensar mais e executar menos. A competência assumiu o lugar da qualificação, reunindo um conjunto de atributos humanos, psicológicos, comunicacionais, técnicos, intelectuais e emocionais.

Concomitante a essas mudanças, no plano político-ideológico ocorria a tentativa de superar a crise, com os neoconservadores defendendo o retorno às leis do mercado sem restrições e a não intervenção do Estado na economia, reduzindo os gastos em política social e diminuindo os gastos públicos, ou seja, defendiam a passagem do Estado interventor para o Estado gestor, tendo na privatização uma das principais estratégias, na qual

funções específicas do setor de serviços, realizadas pelo Estado, passassem a ser de competência do mercado. Assim, a privatização ganhou força em países como a Inglaterra e, posteriormente, nos Estados Unidos. No entanto, na América Latina, a adoção das políticas neoliberais não ocorreu simultaneamente nem seguiu a mesma trajetória em todos os países. Nos países europeus e nos Estados Unidos, o Estado atuou no incentivo de partes estratégicas do setor produtivo e de uma extensa área de proteção social. Já nos países periféricos, a concretização das políticas neoliberais foi efetivada com a aplicação do receituário do Consenso de Washington, cujo teor estabelecia uma série de medidas de ajuste estrutural voltadas para a desregulamentação dos mercados, a privatização do setor público e a redução do Estado. Posteriormente, foi gestada uma política social procurando combater o processo contínuo de exclusões econômicas e sociais graves.

Dessa forma, começou a surgir, principalmente nos países latino-americanos, um movimento estimulado pelo Banco Mundial para acusar o Estado pela ineficiência da economia e pela realização de gastos elevados nas políticas sociais, enquanto atrapalhava e desestimulava a iniciativa privada, considerada eficiente e produtiva. Essa ideia justificou a necessidade de reduzir o tamanho do Estado e a luta para eliminar boa parte dos direitos sociais e trabalhistas conquistados no período de predomínio das ideias keynesianas.

O ideário neoliberal capitalista de reformas tem sido conduzido por meio de medidas reguladoras que visam aumentar a concentração do capital, maximizar os lucros privados e desonerar o capital. O trabalhador passou a ser responsabilizado por quase todo o ônus do financiamento do Estado, sob o argumento de que, para solucionar a crise, devia-se reduzir o *deficit* causado por excessivos gastos públicos com pessoal e políticas sociais.

No Brasil, o resultado dessa política tem provocado uma diminuição quantitativa e qualitativa na oferta dos serviços sociais públicos, principalmente na educação e na saúde. Como as camadas mais baixas da população são as que carecem de acesso aos serviços públicos, essas medidas contribuíram ainda mais para o aumento da desigualdade social e da pobreza escandalosa no Brasil.

Diante de um Estado ineficiente, perdulário e incapaz de resolver os próprios problemas, a sua reforma deveria reconstruí-lo pela recuperação da poupança pública e superação da crise fiscal, objetivando redefinição das formas de intervenção

no econômico e no social pela contratação de organizações públicas não estatais para realizar serviços de educação, saúde e cultura. Executou-se uma reforma na administração pública gerencial. A reforma implantada objetivava reduzir o tamanho do Estado e aumentar-lhe a capacidade de governança e governabilidade pela modernização da administração pública (BRESSER-PEREIRA, 1997).

No Brasil, essa reforma foi iniciada no governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), com a instituição do Programa Nacional de Desestatização, que se intensificou nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), quando se criou o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado para recuperar a governança perdida nos anos de crise. O instrumento legal utilizado foi o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, aprovado pela Câmara da Reforma do Estado, em 21 de setembro de 1995, e sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em novembro do mesmo ano.

Enquanto no Brasil adotavam-se medidas políticas e econômicas de adaptação do Estado à crise do capital, o setor produtivo mundial também passava por ajustes. Os princípios acolhidos pelo regime de acumulação produtiva foram, aos poucos, sendo substituídos pelo sistema de produção flexível, cuja essência é um modelo de gestão adequado à lógica do mercado. Nessa concepção, novos conceitos se introduziram no sistema produtivo, como círculos de controle da qualidade (CCQ), gestão participativa, qualidade total, *kanban*, *just-in-time*, terceirização; todos criados para aplicação em estruturas horizontalizadas. Por um lado, o modelo de acumulação flexível japonesa representou uma forma de reprodução rápida do capital, devido, principalmente, à agilidade do sistema em suprir satisfatoriamente as demandas do mercado consumidor.

Nessa perspectiva, Antunes e Alves (2004) destacam o aparecimento de novas tendências, como a redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, produzido na era da indústria verticalizada (taylorista/fordista); o surgimento de um novo proletariado, que se apresentava sobre diversas formas de trabalho precarizado (terceirizados, subcontratados, *part-time* etc.); o aumento do trabalho feminino, que em alguns países avançados chegava a mais de 40% da força de trabalho, captado, na maioria, no universo do trabalho precarizado e desregulamentado; a expansão do setor de serviços e a conseqüente absorção de boa

parte da mão de obra assalariada expulsa do setor industrial; a expansão do trabalho no próprio domicílio e, paralelamente à exclusão dos idosos e jovens em idade pós-escolar, o mundo do trabalho, que, nas mais diversas partes do mundo, tem utilizado a inclusão precoce e criminosa de crianças.

De fato, a precarização do trabalho e o desemprego representam as conseqüências do novo padrão de uso da força laboral e das inovações tecnológicas e organizacionais voltadas para a flexibilização da produção e que afetam a divisão e o conteúdo das tarefas e, por conseguinte, o perfil de qualificação exigido dos trabalhadores (SENGENBERGER apud LIMA, 2004). Foi nesse contexto social, político e econômico de aprofundamento do desemprego que emergiram, no Brasil, as políticas de emprego das quais as políticas de intermediação de mão de obra fazem parte.

A reestruturação produtiva do capital e a adoção de políticas de inspiração neoliberal em um contexto de avanço da globalização, iniciado na década de 1980, reduziram as características herdadas do período taylorista/fordista e, em seu lugar, surgiram novas formas de trabalho e de trabalhador. Essa nova configuração do mercado de trabalho, resultado do sistema de produção capitalista globalizante, tem levado a uma crise do emprego, que produz um número cada vez maior de trabalhadores desempregados e subempregados e provoca a perda da estabilidade dos que se encontram no mercado formal.

O desemprego é um problema sério que tem atingindo tanto as nações desenvolvidas como as não desenvolvidas, sendo que cresceu nestas 200% no período de 1975 a 1999, produzindo um excedente de mão de obra superior a 109 milhões de pessoas. No Brasil, os números não são menos preocupantes, pois no mesmo período houve uma evolução de mais de 300% no desemprego aberto, contribuindo significativamente para o seu aumento entre as nações não desenvolvidas (POCHMANN, 2001).

Apesar de muito se falar na diminuição do desemprego no Brasil nos últimos anos e de as pesquisas demonstrarem uma queda nesses índices, em Teresina, uma das capitais mais pobres do Nordeste, essa não é a realidade entre os trabalhadores cadastrados no Sistema Nacional de Empregos (Sine) da capital,¹ tendo em vista que os números apresentados seguem uma tendência crescente. Para análise dessa realidade, tomamos como objeto de estudo a relação entre as novas

exigências do mercado de trabalho e o perfil dos trabalhadores. A escolha desse universo empírico de pesquisa deveu-se em razão da necessidade de conhecer, avaliar e discutir os trabalhadores em Teresina no mercado formal local a partir do confronto entre as exigências desse mercado e as características dos trabalhadores.

3 Nível de Escolaridade dos Trabalhadores do Setor Formal em Teresina

O estado do Piauí está localizado no Nordeste, em uma área de 251.577,738 Km² ou 16,2% do território da região e 2,95% da área total do País, sendo, pois, o terceiro maior estado nordestino em extensão, perdendo apenas para Bahia e Maranhão (PIAÚÍ, 2003). Acontece que a economia do Piauí revela-se ser uma das economias mais subdesenvolvidas do País. No período 2007-2010, a economia do estado apresentou índices de crescimento do produto interno bruto (PIB) e do PIB *per capita* que acompanharam a dinâmica interna do Brasil, chegando até a superá-la, e as atividades econômicas piauienses que mais contribuíram para a elevação desses indicadores foram, em ordem crescente, administração, saúde e educação públicas, ratificando o potencial do Piauí para o desenvolvimento de serviços nas áreas educacional e de saúde, do comércio e dos ramos imobiliárias e aluguel e construção civil (BARBOSA; REIS JUNIOR; FREITAS, 2012a, 2012b).

A capital Teresina exerce uma forte atração sobre as demais cidades circunvizinhas, não apenas pelo fato de ter sido escolhida como centro político-administrativo do estado, mas também por outros fatores, como a localização, que a situa na divisa com o Maranhão e a coloca no centro de um grande entroncamento rodoviário que interliga as macrorregiões Norte, Nordeste e Sul do País. Essa conjunção de fatores estruturantes tem tornado Teresina um grande centro de atração dos mais diversos interesses, fazendo convergir uma população flutuante oriunda do Maranhão, Pará e Tocantins, que a procura periodicamente para adquirir bens e serviços ofertados, principalmente os serviços médico-hospitalares. Além disso, a proximidade de algumas cidades maranhenses, a exemplo de Timon, faz com que grande parte do seu efetivo populacional realize o chamado movimento migratório pendular, seja porque busque produtos e serviços, seja porque desenvolva atividades econômicas, seja porque procure lazer, levando a uma estimativa da população flutuante de Teresina maior que 30.000 pessoas por dia (PIAÚÍ, 2003).

Teresina conta com uma infraestrutura satisfatória na produção de bens e serviços, sendo, por esse motivo, considerada um polo estadual na geração de produtos, emprego, renda, arrecadação e oferta de serviços variados, com destaque para os de educação e saúde. Embora estes se constituam um verdadeiro polo regional com importante participação na geração de emprego e renda, ainda não há uma cadeia produtiva consolidada (FORTES, 2010). Essa situação se explica pelo fato de que em Teresina predominam atividades que dependem pouco da utilização de capital, pois envolvem menos tecnologia e mais força de trabalho, com destaque para serviço público, comércio, serviços, confecções, avicultura, bebidas, construção, cerâmica, metalurgia, movelaria etc. No entanto, destaque-se que, entre as atividades relacionadas, a maior parte da população economicamente ativa (PEA) da capital é absorvida pelo setor público que, em 2008, respondeu por 36% do total (cf. Tabela 1).

Tabela 1 - PIB da economia formal de Teresina (PI). 2004-2007 (em R\$ e %)

Setores	2004 (%)	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)
Indústria	894.472,27 (18,91)	1.023.957,77 (19,53)	1.155.891,31 (19,30)	1.115.264,70 (17,14)
Serviços	2.923.316,34 (65,09)	3.365.566,67 (64,19)	3.890.197,62 (64,95)	4.325.040,78 (66,48)
Adm. Pública	652.237,05 (14,52)	711.905,32 (13,58)	825.019,20 (13,78)	982.698,96 (15,11)
Outros Serviços	2.271.079,29 (50,57)	2.653.661,35 (50,61)	3.065.178,42 (51,18)	3.342.341,82 (51,38)
Agropecuária	39.330,75 (0,88)	42.318,32 (0,81)	41.160,81 (0,69)	49.761,72 (0,76)
Impostos	679.203,07 (15,12)	811.032,43 (15,47)	901.866,77 (15,06)	1.105.543,29 (15,61)
Total (100%)	4.491.322,43	5.242.875,13	5.989.116,52	6.505.610,49

Fonte: FORTES, 2010.

Foi no setor de serviços que se registrou mais de 64% da movimentação do PIB de Teresina entre 2004 e 2007, ficando o industrial em segundo lugar, com representação média de 17% do total. Em 2004, de R\$ 2,9 milhões do PIB gerado com serviços em Teresina, a administração pública respondeu por R\$ 652,2 mil ou 22,3% do PIB da economia formal no setor e R\$ 2,2 milhões ou 77,6% relativos a outros serviços. Em relação ao total geral, o setor de serviços foi responsável por pouco mais de 65% do PIB teresinense. Em relação ao PIB do Piauí, Teresina respondeu por mais de 45%, no período de 2007 a 2010, conforme a Tabela 2, ratificando a importância da capital no delineamento das características do mercado de trabalho formal no Piauí.

Tabela 2 - PIB a preço de mercado. Teresina e Piauí. 2007-2010 (em R\$)

Ano	Teresina (1)	Piauí (2)	(1)/(2)%
2007	6.536	14.136	46,23
2008	7.522	16.760	44,88
2009	8.700	19.033	45,71
2010	10.539	19.611	53,74

Fonte: BARBOSA; REIS JUNIOR; FREITAS, 2012a, 2012b.

Teresina tem parte do seu mercado de trabalho formal constituído por trabalhadores que exercem alguma atividade nos estabelecimentos formais do estado classificados como microempresa, pequena empresa, média empresa e grande empresa, que, por sua vez, segundo o MTE (BRASIL, 2013b), subdividem-se pelo setor de atividade econômica a que estão relacionados.² A outra parte exerce atividades em instituições públicas, organizações não governamentais ou outros tipos de estabelecimentos.

A evolução dos estabelecimentos formais em Teresina, a exemplo do Brasil, tem sido comandada pelas microempresas, principalmente após 1995, sob a influência da estabilização econômica trazida pelo Plano Real, processo de privatização de grandes estatais, abertura do comércio interno para a concorrência externa e terceirização. Além disso, em 2007, entrou em vigor a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e, em 2008, a Lei do Microempreendedor Individual, que deram um maior impulso à abertura de pequenos negócios no País.

Em Teresina, a evolução dos estabelecimentos formais, segundo o porte, nos anos de 1990, 2000 e 2010, mostrou o crescimento maior das microempresas e, em menor número, das grandes empresas. As microempresas cresceram 283,4%, em 20 anos, principalmente a partir da segunda metade da década de 1990, quando se observou o maior crescimento: 141%. Na série estudada, a variação absoluta das microempresas foi de 7 mil estabelecimentos em Teresina, revelando que na capital a tendência de evolução deste tipo de estabelecimento (Tabela 3).

Tabela 3 - Evolução do número de estabelecimentos formais por quantidade de vínculos³ em Teresina (PI). 1990, 2000, 2010

Qtd. vínculos	1990	2000	2010
Nenhum	260	792	1.128
01 a 04	1.681	3.913	6.099
05 a 09	540	1.275	2.287
10 a 19	394	692	1.295
20 a 49	235	445	805
50 a 99	106	165	272
100 a 249	71	95	189
250 a 499	26	29	69
500 a 999	22	20	24
+ 1000	18	13	23
Total	3.353	7.439	12.191

Fonte: BRASIL, 2013a.

As pequenas e médias empresas localizam-se, na maior parte, em Teresina, crescendo as primeiras, relativamente, 233,8%, e as segundas, 156,6%. As grandes empresas, por sua vez, seguiram o desempenho dos outros tipos de estabelecimentos, acumulando, em 20 anos, um crescimento de 122,6%. Em termos gerais, no período compreendido entre 1990 e 2010, os estabelecimentos formais passaram de 3,3 mil para 12,1 mil e, mais especificamente entre 1990 e 2000, cresceram 121,8% (ver Tabela 3).

Foi na capital que se instalou a maioria das empresas, de sorte que em 1990 e 2000 exibiram o maior percentual, com 56,7% e 59,6%, respectivamente (BRASIL, 2013a). Apesar de menos numerosas, as grandes empresas tiveram maior capacidade de geração de empregos formais. Em Teresina, essa oferta nesse tipo de estabelecimento sofreu uma variação de 51,8%, no período de 1990 a 2010 (ver Tabela 4), mas em 2000 dispensaram 29,7% dos trabalhadores ou eliminaram 31,3 mil postos de trabalho ofertados em 1990. Nos anos seguintes, as grandes empresas recuperaram a capacidade de contratação de força de trabalho, passando, em 2010, a ofertar 116% a mais de postos que em 2000, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Evolução absoluta do número de vínculos empregatícios por tamanho do estabelecimento em Teresina (PI). 1990, 2000, 2010

Qtd. Vínculos	1990	2000	2010
01 a 04	3.388	7.749	12.384
05 a 09	3.551	8.442	14.858
10 a 19	5.264	9.273	17.316
20 a 49	7.017	13.309	23.814
50 a 99	7.505	11.490	18.594
100 a 249	11.042	14.120	28.898
250 a 499	9.157	9.685	24.023
500 a 999	15.503	13.285	17.681
+ 1000	69.719	37.029	89.467
Total	132.146	124.382	247.035

Fonte: BRASIL, 2013a.

As microempresas, apesar de mais numerosas, ofertaram uma quantidade menor de postos de trabalho, embora tenham sido responsáveis por 292,6% de crescimento na oferta, o maior aumento relativo entre os tipos de estabelecimentos apresentados, o que em termos absolutos correspondeu, em 2010, à geração de 20,3 mil novos empregos formais. As microempresas empregaram, em média, 3,1 trabalhadores por estabelecimento, no período, contra 769 das grandes, em 1990; 472, em 2000, e 524, em 2010 (ver tabelas 3 e 4). As pequenas e médias empresas apresentaram um crescimento da oferta de empregos formais no mesmo período que girou entre 235% (1990) e 147,7% (2010), uma elevação em termos absolutos de 28,8 mil postos, nas primeiras, e 11 mil, nas últimas.

Em suma, os estabelecimentos formais de Teresina no período de 1990 a 2010 responderam pelo crescimento do emprego em 87%, embora em 2000 tenha havido uma retração da ordem de 5,8%. Em 2010, constatou-se um aumento de 98,6% (Tabela 4). Não obstante o crescimento apresentado em 2010, parte significativa da PEA, que somava 407,8 mil,⁴ encontrava-se fora do mercado formal, (160,7 mil ou 39,5%); esse índice foi ainda maior em 2000, quando da PEA de 316,5 mil, 60,7% não estavam no mercado formal e somente 124,3 mil ou 39,3% exerciam alguma atividade no setor (IBGE, 2013b). A geração de empregos nos estabelecimentos formais de Teresina, no período considerado, representou mais da metade do total deles do estado: 76,2%, em 1990; 60,4%, em 2000; e 62,8%, em 2010 (BRASIL, 2013a).

Em 1990, os trabalhadores com vínculo celetista em Teresina representavam 69,5% do total do estado (120,4 mil) e 63,3% do total de trabalhadores formais da capital, sendo a maior parte encontrada

no setor de serviços (Tabela 5). Em 2010, a representatividade do vínculo celetista da capital em relação ao estado (245,2 mil) aumentou para 63,8%; quanto ao total de empregados formais, houve uma diminuição para 63,4%. O aumento desse vínculo em Teresina foi de 50,5%, uma ampliação da força de trabalho nos principais setores da economia local, como construção civil, que alcançou a maior elevação (128,8%), comércio (103%) e serviços (98%) (BRASIL, 2013a). O setor da indústria extrativa mineral, apesar de crescer 179,3%, recuperou apenas parte da perda havida em 2000, não se constituindo, efetivamente, em crescimento. A administração pública, por sua vez, eliminou quase a totalidade dos vínculos celetistas que possuía em 2000, passando a contar, em 2010, com apenas 1,34% (cf. Tabela 5).

Tabela 5 - Trabalhadores por setor de atividade e tipo de vínculo em Teresina (PI). 1990, 2000, 2010

Setor/Atividade	1990		2000		2010	
	CLT	Estat.	CLT	Estat.	CLT	Estat.
Ext. Mineral	477	00	92	13	257	00
Ind. Transform	9.915	01	12.430	01	18.144	00
Serv. Ind. Util. Púb.	4.535	03	2.446	01	3.772	09
C. Civil	5.544	69	10.207	00	23.358	50
Comércio	11.048	06	21.354	02	43.364	06
Serviços	25.442	35	33.280	31	65.880	12.383
Adm. Pública	23.610	43.832	22.937	19.356	309	74.999
Ag. Ext. Veg. Caça e Pesca	285	00	1.297	00	1.525	00
N Class.	2.917	09	-	-	-	-
Total	83.773	43.955	104.041	19.404	156.609	87.382

Fonte: BRASIL, 2013a.

Assim, em Teresina, o tipo de contrato de trabalho que agrupou a maior parte da população empregada no mercado formal, no período estudado, foi o celetista, cuja evolução alcançou o índice de 87%, concentrando-se mais no setor de serviços (159%), seguido pela administração pública. Aliás, a grande maioria da força de trabalho formal com contrato regido pelo Regime Jurídico Único (RJU) no Piauí (45,3 mil) concentrava-se, em 1990, em Teresina, com 97% do total desse tipo (BRASIL, 2013a).

Atualmente, existe um relativo consenso entre as administrações neoliberais e boa parte dos seus opositores sobre o papel da empregabilidade como o componente que articula os elementos que dominariam a crise do desemprego em um contexto de dinamização dos mercados de trabalho com base na diminuição dos encargos patronais, flexibilização trabalhista e formação profissional permanente (GENTILI, 2005). Por isso, é importante

compreender o papel da empregabilidade na construção e legitimação de um novo senso comum sobre o trabalho, a educação, o emprego e a própria individualidade, sendo a educação o elemento que passou a ser considerado como o aspecto central da promessa integradora da referida empregabilidade.

O avanço tecnológico traz consigo uma profunda contradição: o manuseio de máquinas altamente sofisticadas requer trabalhadores devidamente preparados, mas torna supérflua a qualificação, mesmo a mais simples, que o operário deveria ter para operar a maquinaria tradicional. Marcado por desigualdades sociais e regionais, o Brasil não poderia ser diferente quanto à escolaridade de sua população, que nas regiões menos desenvolvidas economicamente apresentaram os piores indicadores de analfabetismo.⁵ No Nordeste, que tem cerca de 8 milhões de analfabetos, afirma o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que isso é quase 50% do total das pessoas nessas condições no País (IBGE, 2001).

Entre 1992 e 1999, a taxa de redução do analfabetismo⁶ no Piauí foi de 14,1%, passando de 36,8%, em 1992, para 31,6%, em 1999, ficando abaixo da média nacional (22,7%) e da média do Nordeste (18,7%), e mais positiva que a média dos estados de seu porte, como Alagoas (8,4%) e Sergipe (10,7%), segundo o IBGE (2001). Em 2000, dos 2,8 milhões de habitantes do Piauí, 43,8% eram analfabetos; da população residente de 10 anos ou mais de idade, 1,5 milhão eram alfabetizados, uma taxa de alfabetização de 71,4% (IBGE, 2013c). Em 2010, o percentual de analfabetos caiu para 29,4% e aumentou a taxa de alfabetização para 77,1%, de sorte que, dos 3,1 milhões de habitantes, 2,2 milhões eram alfabetizados (IBGE, 2013a). Frise-se que, devido às novas determinações impostas para a composição do perfil do trabalhador moderno, a partir da década de 2000 o analfabetismo vem sendo eliminado do mercado de trabalho formal piauiense.

Em 1990, o analfabetismo no mercado de trabalho era de 2,8% ao ano, em 2000, caiu para 2,5% e em 2010 foi de 0,8%. No período analisado, de um total de 4,9 mil analfabetos por ano, em 1990, foi reduzido para 3,2 mil, em 2010 (BRASIL, 2013a). Além disso, no mercado de trabalho formal piauiense, no período considerado, observou-se uma predominância de trabalhadores analfabetos do gênero masculino sobre os do feminino. Contudo, em todos os setores de atividade, apresentou-se uma tendência de eliminação da

força de trabalho analfabeta em ambos os sexos: de 29,7% entre os homens e 53,2% entre as mulheres (BRASIL, 2013a).

Em Teresina, a participação de trabalhadores analfabetos de ambos os sexos no mercado de trabalho formal é quase nula e tem diminuído, ao longo dos anos pesquisados, em 36,5% (Tabela 6). Os setores que concentraram as maiores quantidades de trabalhadores analfabetos foram administração pública, construção civil e serviços, com uma predominância do sexo masculino sobre o feminino.

Tabela 6 - Trabalhadores por setor de atividade, gênero e grau de instrução analfabeto em Teresina (PI). 1990, 2000, 2010

Setor	Sexo	1990	2000	2010
Ext. Mineral	M	16	01	06
	F	01	01	00
Ind. Transformação	M	461	354	143
	F	40	35	22
Serv. Ind. Util. Pub.	M	32	01	35
	F	05	00	02
Construção Civil	M	759	927	614
	F	04	10	02
Comércio	M	258	221	81
	F	40	19	06
Serviços	M	611	590	357
	F	131	107	83
Administração Pública	M	379	369	418
	F	138	173	125
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	M	56	318	62
	F	05	14	02
Ñ Class.	M	127	00	-
	F	20	00	-
Total	M	2.699	2.781	1.716
	F	384	359	242
Total geral		3.083	3.140	1.958

Fonte: BRASIL, 2013a.

O setor formal de Teresina estava formado por 132,1 mil trabalhadores, em 1990; 124,3 mil, em 2000; e 247 mil, em 2010; distribuídos entre oito setores de atividades: (a) extrativa mineral, (b) indústria de transformação, (c) serviços industriais de utilidade pública, (d) construção civil, (e) comércio, (f) serviços, (g) administração pública e (h) agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca. Assim, nos anos pesquisados, constatou-se que é quase nula a participação de trabalhadores formais analfabetos em todos os setores de atividade, cujo quantitativo passou de 3,0 mil, em 1990, para 1,9 mil, em 2010, sendo o maior quantitativo encontrado na construção civil (BRASIL, 2013a).

As escolaridades fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto estavam

representadas na maior parte dos trabalhadores formais nos anos de 1990 (70 mil) e 2000 (70 mil), que significavam, respectivamente, 53% e 56,8% do total (BRASIL, 2013a), sendo que os maiores quantitativos de trabalhadores foram encontrados na administração pública, seguidos pelos setores de serviços, comércio e indústria de transformação. Em 2010 (79,8 mil), essas escolaridades passaram a ocupar a segunda posição entre os trabalhadores de Teresina, representando 32,3% do total (CASTRO, 2014). O setor da construção civil abrigou a maioria, seguido por serviços, comércio e administração pública. A evolução dessa escolaridade entre os trabalhadores do setor formal de Teresina foi de 14% (Tabela 7).

Tabela 7 - Trabalhadores por setor de atividade, gênero e graus de instrução fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto em Teresina (PI). 1990, 2000, 2010

Setor	Sexo	1990	2000	2010
Ext. Mineral	M	108	75	150
	F	14	19	11
Ind. Transformação	M	5.634	6.635	7.315
	F	2.486	2.593	2.400
Serv. Ind. Util. Púb.	M	1.429	986	1.720
	F	201	43	106
Construção Civil	M	5.617	7.849	19.313
	F	186	178	365
Comércio	M	5.213	8.907	9.702
	F	1.520	1.905	2.433
Serviços	M	9.101	12.144	16.196
	F	2.715	4.509	7.645
Administração Pública	M	17.599	14.584	8.360
	F	13.376	9.403	2.947
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	M	254	718	1.154
	F	33	43	73
Ñ Class.	M	1.345	00	-
	F	282	00	-
Total	M	46.300	51.967	63.910
	F	23.784	18.699	15.980
Total geral		70.084	70.666	79.890

Fonte: BRASIL, 2013a.

Nota: em 1990 e em 2000, o grau de instrução fundamental incompleto apresentou a seguinte classificação: até a 4ª série incompleta, 4ª série completa e 8ª série incompleta; a partir de 2005, o grau de instrução considerado foi classificado em 5º incompleto, 5º completo fundamental e do 6º até o 9º ano fundamental.

No entanto, os trabalhadores com escolaridades médio completo e superior incompleto ocuparam a segunda posição em 1990 (47,7 mil) e 2000 (38,3 mil), cuja representatividade sobre o total foi de 23,9% e 30,8%, respectivamente (BRASIL, 2013a). Os setores que concentraram a maior parcela de trabalhadores com esses graus de instrução foram a administração pública, serviços e comércio. Em 2010 (113,2 mil), a evolução da força de trabalho formal com essa escolaridade foi de 195,6% em

relação ao ano anterior, indicando uma reação do mercado local às exigências de qualificação através da educação, típicas do atual regime de acumulação capitalista. As transformações que ocorrem no capitalismo brasileiro provocam modificações nas exigências de qualificações requeridas, criando necessidade de formação de uma força de trabalho com as novas qualificações exigidas. De modo geral, essa escolaridade cresceu 137,3% no período (Tabela 8).

Tabela 8 - Trabalhadores, por setor de atividade, gênero e grau de instrução Médio completo e Superior incompleto, em Teresina (PI). 1990, 2000, 2010

Setor	Sexo	1990	2000	2010
Ext. Mineral	M	95	03	52
	F	130	06	14
Ind. Transformação	M	814	1.448	5.104
	F	419	1.183	2.798
Serv. Ind. Util. Púb.	M	1.044	734	1.007
	F	529	288	287
Construção Civil	M	532	709	3.080
	F	366	298	650
Comércio	M	2.029	4.952	17.159
	F	1.900	5.138	13.078
Serviços	M	4.570	5.984	18.340
	F	5.114	7.486	18.575
Administração Pública	M	6.659	5.142	14.534
	F	22.647	4.819	18.387
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	M	16	67	132
	F	60	54	58
Ñ Class.	M	305	00	-
	F	470	00	-
Total	M	16.111	19.039	59.408
	F	31.610	19.272	53.847
Total geral		47.721	38.311	113.255

Fonte: BRASIL, 2013a.

Dessa forma, o aumento de escolaridade pode ensaiar a obtenção de alguns degraus a mais no mercado de trabalho, no caso de alguns indivíduos da classe trabalhadora, mas, como aponta Pochmann (2006), ao contrário do que prevê a teoria do capital humano, os mais escolarizados no Brasil são os mais punidos no interior do mercado de trabalho. Em um quadro de estagnação econômica, reduzido investimento tecnológico e crescente precarização dos postos de trabalho, como se deu nas últimas duas décadas, a melhoria dos níveis de escolaridade mostrou-se impossibilitada de potencializar a geração de empregos.

Em relação aos trabalhadores com formação superior completo, apenas uma pequena parcela dos trabalhadores formais são dessa faixa de escolaridade, embora Teresina seja considerada um centro de educação superior, segundo o Plano Decenal de Educação para Teresina (TERESINA,

2003). Em 1990 (10,4 mil), eram 7,9% do total de trabalhadores formais; em 2000 (12,2 mil), elevou-se para 9,8% e, em 2010 (51,4 mil), aumentou para 20,8%, estando alocados principalmente na administração pública e no setor de serviços. Essa escolaridade apresentou uma evolução de 391,8% no período (BRASIL, 2013a).

A Tabela 9 mostra que, em 1990, apenas 7,9% dos trabalhadores formais de Teresina tinham o superior completo e, em 2000, aumentou para 9,8%. Na verdade, em 2010, constatou-se a maior elevação desse nível de escolaridade entre esses trabalhadores (20,8%), quando Teresina contava com 70,3 mil pessoas com tal escolaridade (IBGE, 2013b). Nos anos pesquisados, os setores da administração pública e de serviços concentraram a maior quantidade de trabalhadores com esse grau de instrução superior. Em 2010, as mulheres, de um modo geral, destacaram-se com uma evolução de 639,5% contra 228,2%, segundo a Tabela 9.

Tabela 9 - Trabalhadores, por setor de atividade, gênero e grau de instrução Superior completo, em Teresina (PI). 1990, 2000, 2010

Setor	Sexo	1990	2000	2010
Ext. Mineral	M	69	00	18
	F	44	00	06
Ind. Transformação	M	82	135	322
	F	34	62	200
Serv. Ind. Util. Pub.	M	961	285	421
	F	348	115	203
Construção Civil	M	230	193	393
	F	103	44	155
Comércio	M	65	161	667
	F	42	136	856
Serviços	M	2.127	1.748	7.941
	F	1.504	1.568	9.669
Administração Pública	M	2.499	3.628	10.905
	F	1.965	4.179	19.647
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	M	01	07	14
	F	00	04	30
Ñ Class.	M	266	00	-
	F	120	00	-
Total	M	6.300	6.157	20.681
	F	4.160	6.108	30.766
Total geral		10.460	12.265	51.447

Fonte: BRASIL, 2013a.

Contudo, convém acrescentar que a elevação do grau de escolaridade da mão de obra não significa, necessariamente, que houve uma ampliação do seu saber; e menos ainda que desenvolvesse a capacidade de visualizar além do trabalho alienado, constituindo-se ainda um desafio à união entre saber e fazer, uma junção que as constantes modificações na organização técnica e social da produção capitalista procuram afastar. Além disso, com a ascensão a níveis escolares mais elevados, a qualificação dos trabalhadores não evoluiu no mesmo ritmo e intensidade.

A elevação do nível de escolarização dos trabalhadores é uma exigência do sistema capitalista moderno, pois o processo de automatização da produção reserva a poucos os

postos que demandam força de trabalho altamente qualificada para operar sofisticados aparelhos. Sem educação, a sociedade industrial moderna não poderia subsistir e expandir-se, já que a escola supre o mercado com trabalhadores qualificados que o sistema capitalista requer.

Nesse sentido, a educação que habilita o trabalhador e o qualifica para o ganho de rendimentos mais condizentes com sua formação não se cumpre, aumenta apenas a oportunidade, assegurando emprego no mercado; e, ao capitalista, fornece as condições para tomar para si as vantagens econômicas decorrentes do melhor preparo da força de trabalho. Nesse processo, as empresas ampliam os lucros e apropriam-se, cada vez mais, do excedente produzido pelo trabalhador, devido ao aumento da produtividade.

4 Conclusão

O mercado de trabalho formal teresinense revelou-se bastante dinâmico; tanto que, em 2010, concentrou pouco mais da metade do total de empresas ativas no Piauí, que ofertaram mais de 60% dos postos, com evolução das empresas e vagas. Na capital do estado, o vínculo celetista predominou, com taxa de crescimento próxima à do estatutário, com os setores de serviços e comércio registrando as maiores quantidades de postos com vínculo celetista. No comércio e serviços, estava alocada a quase totalidade do pequeno número de trabalhadores beneficiados pela Lei do Menor Aprendiz e aqueles com até 17 anos de idade. Nesses setores, na ordem inversa, também se deu a maior participação da força de trabalho com idade entre 18 e 24 anos, com crescimento superior a 100% nos três anos; porém, tinha representatividade sobre o total dos trabalhadores de 12,7% ocupando a terceira posição entre todas as faixas etárias. A maioria da força de trabalho formal de Teresina também estava constituída por trabalhadores com mais de 25 e menos de 39 anos de idade, embora com evolução inferior à da faixa etária anterior, distribuídos entre serviços, comércio, administração pública, construção civil e indústria de transformação.

É notória a redução de trabalhadores sem instrução em todos os setores de atividade, enquanto nos graus de instrução fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto verificou-se um pequeno crescimento, exclusivamente entre os do gênero masculino, que, em 2010, aumentaram 38% em relação a 1990, enquanto a participação feminina com essa

instrução diminuiu. Assim, ocorreu uma evolução positiva de trabalhadores formais do gênero masculino com essa escolaridade no mercado local, devido às contratações realizadas, principalmente na construção civil. Esse nível ocupou a segunda posição entre o perfil escolar dos trabalhadores formais de Teresina.

Os trabalhadores com graus de instrução mais elevados, como o médio completo e o superior incompleto, formaram o maior grupo de trabalhadores formais da capital piauiense, com uma evolução de 137%, sendo constituído, na maioria, por trabalhadores, embora em alguns setores, como administração pública e serviços, as trabalhadoras representassem a maioria. Os homens com essa escolaridade, que, em 1990, eram minoria, tiveram evolução maior que a das mulheres, distribuídos entre serviços, administração pública e comércio.

A inserção da força de trabalho com grau de instrução superior completo foi positiva no período estudado, apresentando o maior crescimento entre todos os níveis de escolaridade. Diferentemente do grau anterior, a maior evolução ocorreu entre as trabalhadoras, que representavam a maioria, enquanto os homens, que também obtiveram um elevado nível de crescimento, ficaram em minoria e, mais uma vez, concentrados na administração pública e em serviços.

Destarte, o que se constatou a partir da análise da composição do mercado de trabalho teresinense foi que o perfil da força de trabalho contratada atende, no geral, ao padrão estabelecido pelo mais recente processo de reestruturação produtiva, respeitadas as exigências dos setores aos quais estão ligados e das atividades que realizam. Contudo, mostram-se insuficientes na geração de empregos para a totalidade da PEA, produzindo um excedente de pessoas que, mesmo com a qualificação exigida, são mantidas fora da esfera produtiva.

Notas:

(1) O Sine possui quatro postos de atendimento ao trabalhador na cidade de Teresina. Este estudo foi realizado na sede central, situada na av. José dos Santos e Silva, 1380.

(2) O MTE, para fins de análise do mercado de trabalho, adota como classificação geral dos setores de atividades econômicas a apresentada pelo IBGE: extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública e agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca (BRASIL, 2013b).

(3) O Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae), seguindo o que estabelece o IBGE, adota o seguinte critério (número de empregados) para fins de classificação do porte das empresas dos setores de comércio e de serviços: micro (até 9 empregados), de pequeno porte (de 10 a 49), média (de 50 a 99) e grande (de 100 ou mais) (SEBRAE, [2013]).

(4) Pessoas com 10 ou mais anos de idade em condições de atividade, na semana de referência (IBGE, 2013a).

(5) Segundo o conceito utilizado pelo IBGE (2001), uma pessoa alfabetizada é aquela capaz de ler e escrever um bilhete simples no seu idioma.

(6) O Inep considera analfabeta a pessoa com 15 anos ou mais de idade que não se encaixe na definição do IBGE (BRASIL, 2003).

Referências

ANTUNES; R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES; R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação Social*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2009.

BARBOSA, J. D. F. P.; REIS JÚNIOR, E. A.; FREITAS, M. F. F. A. *Produto interno bruto do Piauí*. 2010. Teresina: Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, dez. 2012a. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/201212/CEPRO13_f1e6e3e34a.pdf>. Acesso em: 22 maio 2013.

BARBOSA, J. D. F. P.; REIS JÚNIOR, E. A.; FREITAS, M. F. F. A. *Avaliação PIB municipal 2010*. dez. 2012b. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/201212/CEPRO13_451b96fe14.pdf>. Acesso em: 22 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Mapa do Analfabetismo no Brasil*. 2003. Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/brasil/estadisticas/analfabetismo2003.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho - PDET*. Bases Estatísticas Rais e Caged. 2013. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>. Acesso em: 05 dez. 2013a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Informações gerais. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf?_Acesso>. Acesso em: 12 dez. 2013b.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A reforma do estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Cadernos MARE da Reforma do Estado*, Brasília, v. 1, 1997. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno01.PDF>. Acesso em: 09 mar. 2007.

- CASTRO, F. R. A. *Desemprego e reestruturação capitalista: uma análise da relação entre as novas exigências do mercado de trabalho e o perfil dos trabalhadores inscritos no Sine/PI*, em Teresina. 2014. 203 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.
- FORTES, R. L. F. (Coord.). *Perfil de Teresina: econômico, social, físico e demográfico*. Teresina: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, 2010. Disponível em: <<http://teresina.pi.gov.br/portalmpt/orgao/SEMDEC/doc/20100709-336-1461-D.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2013.
- GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3. ed. Campinas: Autores Associados; Histedbr, 2005.
- HELOANI, J. R. *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2003.
- IANNI, O. *Teorias da globalização*. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Síntese de indicadores sociais 2000. *Estudos e Pesquisas*, Rio de Janeiro, n. 5, 2001. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/S%C3%ADntese%20de%20Indicadores%20Sociais%20-%202000%20IBGE.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. IBGE Estados@. *Sinopse do censo demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=sinopse_censodemog2010> Acesso em: 30 jan. 2013a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Cidades@*. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 mar. 2013b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Tabela - População residente, por sexo e situação de domicílio, população residente de 10 anos ou mais de idade, total, alfabetizada e taxa de alfabetização, segundo os Municípios*. 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&paginaatual=1&uf=22&letra=S>. Acesso em: 18 ago. 2013c.
- LIMA, V. F. A. *Qualificação e emprego no Brasil: uma avaliação dos resultados do Planfor*. 2004. 189 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.
- PIAUI. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - Cepro. *Piauí: visão global*. 2. ed. rev. Teresina: Cepro, 2003.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 59-73.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. *Critérios de classificação de empresas: MEI-ME-EPP*. [2013?]. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>>. Acesso em: 03 set. 2013.
- TERESINA. *Plano Decenal de Educação para Teresina - PDET*. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2003. Disponível em: <<http://www.semec.pi.gov.br/Dimon/Arquivos/Downloads2/Arquivo4015.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2013.

*** Doutora em Políticas Públicas (Universidade Federal do Maranhão - UFMA), docente do Departamento de Administração (Universidade Federal do Piauí - UFPI) e docente do Mestrado Profissional em Gestão Pública (UFPI).**

****Doutora em Políticas Públicas (UFMA), docente do Departamento de Administração (UFPI).**

***** Doutor em Políticas Públicas (UFMA), docente do Departamento de Ciências Econômicas (UFPI) e docente do Mestrado Profissional em Gestão Pública (UFPI).**